

Funaro diz que dívida externa é paga a cada 7 anos

Roberto Garcia
Correspondente

Washington — O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, falando na reunião do comitê interino do Fundo Monetário Internacional, reclamou que o Brasil está pagando demasiado pelo desacerto das finanças mundiais e citou, como exemplo, que o país em 1985 transferiu para o exterior recursos reais de 11,2 bilhões de dólares, o correspondente a 5,1% do PIB e 23,8% da poupança nacional bruta. Ele lembrou que, em virtude das taxas de juros que vêm sendo cobradas desde 1980, o Brasil está pagando o equivalente à totalidade do principal da dívida a cada sete anos.

Falando na mesma reunião, o secretário interino do FMI, secretário do Tesouro dos EUA, James Baker III, afirmou que já há consenso em que o crescimento econômico de países devedores é essencial para resolver a crise da dívida e que, ao adotar políticas para assegurar um crescimento sustentado, taxas baixas de inflação e de juros, bem como mercados abertos para o comércio, os países desenvolvidos já estão cumprindo o seu papel.

Delegados de outros países afirmaram que Funaro e Baker concordaram no essencial, já que o ministro brasileiro instou os países industrializados a abrirem diálogo com as nações em desenvolvimento a fim de normalizar o sistema financeiro internacional e voltar a financiá-las a taxas remunerativas mas não proibitivas.

Na análise dos delegados, se houver divergências na abordagem de Baker e Funaro seria o fato de que o governo brasileiro quer a aceleração de um processo que o governo americano afirma já estar em andamento e produzindo resultados.

Em seu discurso, o ministro da Fazenda brasileiro disse que os mecanismos impostos para administrar a crise da dívida foram úteis para garantir a sobrevivência do sistema financeiro internacional e dos grandes bancos comerciais mas contribuíram pouco para solucionar os problemas básicos. Ele afirmou que esses mecanismos estão esgotados e, hoje, em vez de administrar a crise é preciso adotar medidas conjuntas para sair dela. Referindo-se à receita do FMI, ele reclamou que a insistência em remédios inapropriados está prejudicando o esforço de ajustamento dos países devedores. Citou como exemplo disso a exigência dos governos credores de que o Brasil se submeta a um acordo com o FMI como condição para reescalonar os pagamentos de 1,2 bilhão de dólares vencidos no ano passado e montante igual a vencer

neste ano, referentes a uma dívida de 8 bilhões de dólares de créditos de exportação.

Funaro disse que, embora os países em desenvolvimento tenham buscado o diálogo para resolver de forma inovadora a crise da dívida, a reação a essas propostas tem sido simplesmente nula. Os países desenvolvidos parecem efetivamente dispostos a esperar que a situação se torne muito pior do que já é. O ministro da Fazenda também disse que é preciso terminar de vez com a noção de que os países devedores são remissos.

Embora declarasse que tanto credores quanto devedores devem fazer sua parte, o ministro brasileiro afirmou que não se pode impor reformas de fora para dentro e que, sem consentimento da população, nenhum programa tem possibilidade de êxito.

Como primeiro passo para um programa de recuperação da economia mundial, ele instou as principais nações credoras a reduzirem suas taxas de juros aos níveis da tendência histórica. Apesar das reduções recentes dessas taxas, Funaro afirmou que elas continuam muito altas, de três a cinco vezes maiores do que prevaleciam quando a dívida foi contraída.

O secretário do Tesouro deu a entender que os países industrializados não precisavam fazer nada mais para tirar o Terceiro Mundo da recessão. Ele disse que as medidas já tomadas por esses países para estimular o crescimento de suas próprias economias intensificarão a demanda de produtos das nações devedoras, reduzirão as taxas de juros e, com o tempo, acabarão passando os benefícios do crescimento.

Segundo Baker, nos próximos dois anos, os países em desenvolvimento desfrutarão do melhor clima internacional desde o início da década passada. Para se aproveitarem dessas melhores condições, cabe aos países devedores, agora, estimular a poupança interna, os investimentos e a volta de capitais que fugiram de seus territórios nos últimos anos. Ele insistiu na necessidade de redução dos déficits orçamentários, de adoção de políticas de câmbio realistas e eliminação de subsídios para criar confiança dos investidores. O representante norte-americano também recomendou desenvolvimento mais eficiente dos mercados de capital, maior eficiência e privatização de empresas estatais, reformas fiscais para estimular o crescimento bem como criação de clima melhor para investimentos externos e para o comércio.

Baker elogiou o Chile, o Equador, a Costa do Marfim, as Filipinas, o México, a Argentina e o Uruguai como nações que haviam atuado nessa direção mas não mencionou o Brasil.

Brasil assume posição vigorosa

Brasília — O vigoroso pronunciamento feito ontem pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, na assembléia geral do FMI, foi o ponto de partida da nova postura que o governo brasileiro deverá assumir diante do problema da dívida externa. Respalçado pelo sucesso do Plano Cruzado, o governo planeja alterar de forma radical os rumos da renegociação da dívida externa, a exemplo da profunda mudança promovida no plano interno da política econômica.

O pacote de renegociação da dívida em bases mais favoráveis para o país deverá ser precedido de uma rigorosa auditoria da origem dos empréstimos e sua destinação, simultaneamente a interrupção dos pagamentos até que tal situação seja esclarecida. Em seguida, o governo submeterá aos credores uma proposta com os seguintes principais ingredientes: redução substancial da taxa de juros; transformação dos empréstimos de empresas estrangeiras em investimentos de risco; e capitalização parcial do pagamento de juros, atrelando as remessas a uma parcela fixa do valor das exportações.

O sucesso do plano cruzado é o fator determinante da mudança de comportamento do governo no tratamento da dívida externa: os bancos não queriam negociar quando o país estava em má situação econômica, antes da reforma monetária. Agora que a situação interna mudou com a queda da inflação e a criação de uma moeda forte, é o governo

brasileiro quem quer renegociar, mas em outras condições, disse uma das autoridades econômicas envolvidas na formulação desse novo programa.

A questão está sendo tratada pelo mesmo núcleo de assessores do ministro Dilson Funaro que participou de forma decisiva da elaboração do plano cruzado. A formulação da proposta a ser submetida aos credores inspirou-se nos diagnósticos e sugestões de política econômica produzidos pela comissão que elaborou o programa de governo para o ex-presidente Tancredo Neves (Copag)

A transferência para o front externo da mesma ousadia política demonstrada pelo governo para atacar os constrangimentos internos da economia contam com total incentivo do presidente José Sarney. No domingo passado, ao comparecer à convenção do PMDB, o presidente ficou atento ao refrão entoado pelas galerias: "Ei, Ei, Ei: Ulysses e Sarney e moratória já". Sabedor de que a solução do problema da dívida constitui praticamente a derradeira reivindicação do programa do partido, Sarney comentou com políticos amigos que "esse problema também está sendo encaminhado".

Antes disso, na quinta-feira da semana passada, ao comparecer à comemoração do aniversário do presidente do Banco Central, Fernando Bracher, Sarney reafirmou sua disposição de endurecer com os credores ao comentar com Funaro: "Como é, já está pronto o nosso plano

para renegociar a dívida externa?" A realização de uma auditoria sobre a dívida justifica-se pela suspeita de que apenas uma parte dos US\$ 100 bilhões — cerca de US\$ 35 bilhões — referentes ao seu principal foram efetivamente aplicados no país. O restante faz parte do mecanismo de refinanciamento dos empréstimos originais.

A idéia é separar o que efetivamente entrou no país sob a forma de investimento, discriminar o quanto já foi pago de juros e renegociar novas condições de pagamento com os bancos a partir dessa decomposição. O pacote da dívida externa é considerado pela assessoria do ministro da Fazenda como essencial à consolidação da nova fase de crescimento do país, principalmente porque ele servirá para bloquear crescentes transferências de dólares para os exterior.

O presidente da República considera que a complementação do plano cruzado com um programa de renegociação externa é um elemento político indispensável à consolidação do seu governo, no ano de votação da Constituinte. Ele poderá colocá-lo em prática, de acordo com seu timing pessoal, até o segundo semestre. Em função do próprio desempenho da reforma monetária:

— Se o presidente fizer isso, e tiver êxito também, será capaz de eleger vencedor do Oiapoque ao Chui — começou um político informado da estratégia de Sarney.